



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Kátia Pereira da Silva

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE GOIANA/PE

MILTON FELIZ DA SILVA, brasileiro, solteiro, motorista, Identidade nº 1630601 SSP/PE, inscrito no CPF 839.511.724-87, residente e domiciliado na Rua da Ladeira, nº 74, Centro, CEP 58324-000, Pitimbu /PB, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência por meio de sua advogada infra-assinada (instrumento de procuração em anexo), com fulcro no art. 275, II, “D e E” do Código de Processo Civil, ajuizar a presente :

AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT

com fulcro na Lei 8.441/92, que da nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada na **Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20031-205**, pelo que declara e passa a expor:

PRELIMINARMENTE

1. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer a concessão do benefício da Justiça Gratuita ao autor, vez que não possui meios para arcar com as custas deste processo, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme comprova através de documentos em anexo. Fundamenta seu pedido nos art. 99 do CPC de 2015.

2. NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO:

Rua Dr. Manoel Borba, nº 12, 1ª andar, Centro, Goiana/PE-, CEP 55900-000.

Fone: 999273818/992203972 – E-Mail: katia.advogadap@gmail.com





ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Kátia Pereira da Silva

Em se cuidando de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), a prescrição não observa o prazo de vinte anos, mas o de três anos, nos termos do art. 206, 3º, IX, do Código Civil.

3. NÃO OBRIGATORIEDADE DO LAUDO DO IML

Na impossibilidade de obtenção do Laudo do IML, deverá ser apresentado o documento da Secretaria de Segurança Pública e/ou Declaração de Ausência do Laudo do IML.

4. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVO

O consumidor não precisa esgotar todas as possibilidades oferecidas pela via administrativa para pleitear o seu direito perante o Poder Judiciário, pois tal impedimento atropela a garantia de acesso à Justiça prevista no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

“**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

Segue o mesmo entendimento outros tribunais :

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - MORTE - INCIDÊNCIA DA LEI Nº 6.194/74 - PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO AFASTADA - DESNECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DA CÓPIA DO DUT - PAGAMENTO MEDIANTE SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE - INDENIZAÇÃO DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS -

Rua Dr. Manoel Borba, nº.12, 1ª andar, Centro, Goiânia/PE-, CEP 55900-000.

Fone: 999273818/992203972 – E-Mail: katia.advogadap@gmail.com





ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Kátia Pereira da Silva

VALOR VIGENTE NA DATA EM QUE OCORREU O SINISTRO - SENTENÇA MANTIDA - APELAÇÕES IMPROVIDAS. Estando documentalmente comprovada a ocorrência do sinistro em virtude de acidente provocado por veículo automotor em via terrestre, os danos por ele provocados estão cobertos pelo seguro, razão pela qual se mostra devida a indenização ao DPVAT. Fixa-se a indenização de 40 salários-mínimos pelo valor vigente na data do sinistro, podendo corrigir-se a partir daí pelo IGPM. (Ap 42889/2005, DES. LICINIO CARPINELLI STEFANI, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 13/03/2006, Publicado no DJE 21/03/2006).(TJ-MT - APL: 00428891620058110000 42889/2005, Relator: DES. LICINIO CARPINELLI STEFANI, Data de Julgamento: 13/03/2006, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/03/2006);

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. DPVAT. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO.

O acesso ao Poder Judiciário não pode ser condicionado à prévia solicitação administrativa de pagamento da indenização securitária, sob pena de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. Precedentes desta Câmara.

RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL.; TJ-RS- AGRAVO DE INSTRUMENTO:AI 70063592521 RS.

5. DOS FATOS

Rua Dr. Manoel Borba, nº.12, 1ª andar, Centro, Goiânia/PE-, CEP 55900-000.
Fone: 999273818/992203972 – E-Mail: katia.advogadap@gmail.com





ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Kátia Pereira da Silva

Aduz o requerente ter sido vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 29 de outubro de 2018, com Boletim de Ocorrência nº 203/2018 (documento em anexo), sendo socorrido para o Hospital Estadual de Emergência e Trauma- Senador Humberto Lucena, o qual prosseguiu com os atendimentos exames. Na ocasião foi atendido pelo ortopedista de plantão e diagnosticado, **CID-S42.0 (Fratura da clavícula); T-14.9 (Traumatismo não especificado)**, tendo sido atendido com dores na parte superior do corpo e , ficando inabilitado para o desempenho de diversas funções habituais sofrendo lesões gravíssimas que resultaram em sequelas definitivas, resultando na perda da mobilidade do esquerda (conforme documentos em anexo). Desde ocorrência do acidente o Autor foi afastado das suas atividades laborais e cotidianas, tendo se submetido a vários exames e laudo médico para o diagnóstico.

6. DO DIREITO

Sendo vítima de acidente de veículo automotor, o requerente atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não), conforme ao artigo 3º, que dispõe:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Rua Dr. Manoel Borba, nº.12, 1ª andar, Centro, Goiânia/PE-, CEP 55900-000.

Fone: 999273818/992203972 – E-Mail: katia.advogadap@gmail.com





ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Kátia Pereira da Silva

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Conforme documentos anexos, o requerente comprova o acidente e os danos causados em consonância com o art. 5º da Lei nº 6.194/74, que exige a simples prova do acidente independentemente da existência de culpa, conforme jurisprudência transcrita a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PARA FINS DE RECEBIMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO MEDIANTE SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE. FIXAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE.

I - É desnecessário um processo administrativo prévio para fins de recebimento do seguro DPVAT. Preliminar de carência de ação rejeitada.

II - A resolução editada pelo CNSP - Conselho Nacional dos Seguros Privados, que reduz o valor da indenização por invalidez permanente, não se sobrepõe à lei especial então vigente.

III - O pagamento do seguro obrigatório DPVAT decorre da simples prova do acidente ocorrido e do dano advindo deste, independentemente da

Rua Dr. Manoel Borba, nº.12, 1ª andar, Centro, Goiana/PE-, CEP 55900-000.

Fone: 999273818/992203972 – E-Mail: katia.advogadap@gmail.com





ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Kátia Pereira da Silva

existência de culpa, por força do art. 5º da Lei nº 6.194/74, com nova redação dada pela Lei nº 8.441/92.

IV - Não há que se falar em incompatibilidade entre a norma especial da Lei nº 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária, pois o valor do DPVAT é fixado consoante critério legal específico.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 35.923/2009 – IMPERATRIZ; APELANTE: MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.; Advogados: Drs. Naciara Leite Coelho, Celma Cristina Alves Barbosa Baiano e outros; APELADO: N. das F. F. (menor); Representantes: Francisco das Chagas Morais Ferreira e Raquelma da Conceição das Flores Ferreira; Advogada: Dra. Samira Valéria Davi da Costa; Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF; Revisora: Des. ANILDES DE JESUS B. CHAVES CRUZ.

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - MORTE - INCIDÊNCIA DA LEI Nº 6.194/74 - PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO AFASTADA - DESNECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DA CÓPIA DO DUT - PAGAMENTO MEDIANTE SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE - INDENIZAÇÃO DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS - VALOR VIGENTE NA DATA EM QUE OCORREU O SINISTRO - SENTENÇA MANTIDA - APELAÇÕES IMPROVIDAS. Estando documentalmente comprovada a ocorrência do sinistro em virtude de acidente provocado por veículo automotor em via terrestre, os danos por ele provocados estão cobertos pelo seguro, razão pela qual se mostra devida a indenização ao DPVAT. Fixa-se a indenização de 40 salários-mínimos pelo valor vigente na data do sinistro, podendo corrigir-se a partir daí pelo IGPM. (Ap 42889/2005, DES. LICINIO CARPINELLI STEFANI, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 13/03/2006, Publicado no DJE 21/03/2006)

Rua Dr. Manoel Borba, nº.12, 1ª andar, Centro, Goiânia/PE-, CEP 55900-000.

Fone: 999273818/992203972 – E-Mail: katia.advogadap@gmail.com





ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Kátia Pereira da Silva

(TJ-MT - APL: 00428891620058110000 42889/2005, Relator: DES. LICINIO CARPINELLI STEFANI, Data de Julgamento: 13/03/2006, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/03/2006).



Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e os Laudos da Secretaria de Saúde (hospitais), suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

Portanto, faz juz a receber o percentual de 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor total do seguro, haja vista o afundamento da clavícula –CID S42.0, conforme indicação do laudo médico oficial, tal valor corresponde à R\$ 7.425,00 (sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), mais 10% (dez por cento), correspondente ao valor de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), referente aos traumas, T-14.9, perfazendo um total de R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais) bem como acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

7. REQUERIMENTOS

Rua Dr. Manoel Borba, nº.12, 1ª andar, Centro, Goiana/PE-, CEP 55900-000.
Fone: 999273818/992203972 – E-Mail: katia.advogadap@gmail.com





ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Kátia Pereira da Silva

Destarte, ante o exposto, é a presente para REQUERER á Vossa Excelência o quanto segue:

1. Ante ao exposto, é a presente para requerer a citação, via postal, da requerida para, querendo, compareça a audiência a ser designada por V.Exa. e querendo, apresente defesa, sob pena de revelia e confissão, e ainda apresente toda a documentação comprobatória do processo administrativo o sinistro em questão e requerendo conforme segue;
 2. Requer a concessão de audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC de 2015.
 3. A PROCEDÊNCIA da presente, com a condenação ao pagamento de no valor de Pagamento da indenização percentual de 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor total do seguro, haja vista o afundamento da clavícula –CID S42.0, conforme indicação do laudo médico oficial, tal valor corresponde à R\$ 7.425,00 (sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), mais 10% (dez por cento), correspondente ao valor de R\$ 1. 350, 00 (mil trezentos e cinquenta reais), referente aos traumas, T-14.9, perfazendo um total de R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais) bem como acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação, devendo o referido valor ser atualizado em virtude de despesas medicas relacionadas no decorrer do processo;
 4. Requer a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação;
 5. Requer que Vossa excelência conceda os benefícios da justiça gratuita, considerando que o autor não pode arcar com as custas e demais despesas processuais;
 6. Atesta á autenticidade dos documentos trazidos a baila a este M.M. Juízo, sob responsabilidade exclusiva da advogada patrona desta ação, conforme artigo 365 do Código de processo Civil;
 7. Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta inicial;
- Requer a condenação em honorários advocatícios na importância de 30% (trinta por cento);
8. Julgar totalmente procedente as pretensões do Demandante acima pleiteada por ser da mais inteira Justiça;
 9. Outrossim, requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome da Procuradora KÁTIA PEREIRA DA SILVA, OAB/PE 35361.

Rua Dr. Manoel Borba, nº.12, 1ª andar, Centro, Goiana/PE-, CEP 55900-000.

Fone: 999273818/992203972 – E-Mail: katia.advogadap@gmail.com





ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Kátia Pereira da Silva

Dá-se a causa o valor de R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais)

Nestes termos

Pede Deferimento

Goiana, 08 de maio de 2019.

Katia Pereira da Silva
OAB/PE 35361

*Rua Dr. Manoel Borba, nº.12, 1ª andar, Centro, Goiana/PE-, CEP 55900-000.
Fone: 999273818/992203972 – E-Mail: katia.advogadakp@gmail.com*

